

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte

O Globo

Class.:

DIOR0001

Data

30/07/93

Pg.:

5 - O país

# ONU planeja dar independência a tribos indígenas

DÉBORA BERLINCK  
Correspondente

GENEBRA — O Governo brasileiro está determinado a derrubar ou modificar profundamente o texto preparado por um grupo de especialistas da ONU que pretende dar às comunidades indígenas do mundo inteiro o direito à autodeterminação.

Esse texto, escrito por cinco peritos da Grécia, Cuba, Japão, Nigéria e Ucrânia, com a ajuda de indígenas, é uma espécie de primeiro rascunho da futura Declaração Universal dos Direitos Indígenas, que a ONU pretende aprovar nos próximos anos como forma de estabelecer pela primeira vez princípios e direitos de centenas de comunidades indígenas no mundo. Por ser uma declaração, e não uma convenção internacional, nenhum Governo que a assinar estará legalmente obrigado a cumpri-la.

O texto aprovado pelo grupo de especialistas, embora esteja longe da declaração final, irritou vários governos, em especial o brasileiro, que protestou contra vários artigos. Como nesse estágio dos preparativos os governos são apenas observadores, eles nada puderam modificar durante a reunião do grupo, que prossegue até sexta-feira. O texto, no entanto, terá que passar na sua segunda etapa, nas próximas semanas, pelo crivo de uma sub-comissão dos direitos humanos, onde os governos não somente participam como têm o poder de

veto: e é aí que o Brasil pretende derrubá-lo.

O embaixador brasileiro junto à ONU, Gilberto Sabóia, argumenta que o princípio da autodeterminação, de acordo com o direito internacional, pode levar os índios a terem o direito a declarar independência do país, o que não é aceitável nem para o Brasil nem para todos os governos que participam dos debates.

— Garantir ao índio o direito de se organizar livremente, de aspirar maior participação e ter maior autonomia, tudo isso é legítimo. Mas o princípio da autodeterminação não é realista nem benéfico para os índios. O texto reflete os interesses dos índios de países do Norte (ricos), e nada tem a ver com a realidade dos índios brasileiros — disse.

O direito à autodeterminação, de fato, tem sido uma reivindicação de tribos do Norte, especialmente dos índios canadenses. Marcos Terena, do Comitê Intertribal, que representa mais de 60 comunidades indígenas brasileiras, considerou a reação do Governo brasileiro ao texto excessiva e ultrapassada.

— Para nós, índios brasileiros, autodeterminação não significa criar uma pátria indígena. Não queremos isso. Para nós, isso significa ser forte economicamente, culturalmente e ter poder de decisão. Os diplomatas brasileiros precisam se submeter a uma educação indigenista para nos entenderem — disse Terena, que acompanha a reunião na ONU.